



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

REUNIÃO MINISTERIAL

Palácio do Planalto
20 de fevereiro

É anunciado aos ministros um ano de grandes transformações e adotada a prioridade pelo social, pelos pobres. O Governo opta pela soberania e independência, pelo desenvolvimento, pela identidade cultural e pela liberdade. Recusa a recessão, o arrocho salarial, o desemprego, a violência e apóia a reforma agrária, a participação dos trabalhadores nos órgãos de decisão, a austeridade, o equilíbrio das contas públicas e do trabalho.

5 de fevereiro — O Ministro da Educação distribui 35 milhões de livros didáticos recomendando aos professores que não exijam dos alunos livros didáticos caros.

— Em 1985, as empresas estrangeiras remeteram ao exterior um volume de recursos bastante superior ao que investiram no Brasil. Esse saldo negativo — US\$ 340 milhões — entre as contas de remessas de lucros e de investimentos estrangeiros, ocorreu pela primeira vez, pelo menos desde 1971, segundo os dados disponíveis no Banco Central.

15 de fevereiro — O Presidente Sarney pede o fim da discriminação de políticos do PMDB e PFL na Aliança Democrática, e pede austeridade e trabalho.

17 de fevereiro — O Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, declara que considera o Proálcool um «programa de segurança nacional», lembrando que o petróleo barato é algo circunstancial.

18 de fevereiro — Durante almoço com o Deputado Airton Soares (PMDB-SP), o Presidente Sarney diz que as melhores reformas são feitas por um Ministério conservador, coordenado por um Presidente progressista.

Senhores Ministros.

Mais uma vez reúno o ministério para avaliação e trabalho. Desta vez, com a presença de novos membros recrutados para a tarefa árdua de prosseguir na construção da Nova República.

Agradeço a colaboração dos que nos deixaram. A eles devo uma grande contribuição, pois suas participações correspondem a um período difícil, de muitos obstáculos.

Vamos ter um ano de grandes transformações. Mas estamos preparados para o desafio e convoco os senhores a viverem comigo os difíceis problemas da administração e da política, num momento em que a história do Brasil põe à prova a fibra e a coragem dos seus homens públicos.

Com sacrifício, lealdade, comportamento moral inabalável, tenho procurado desempenhar o meu cargo. A Nação jamais cobrará de mim qualquer desvio nessa trajetória. Só tenho um objetivo: cumprir com meu dever; uma só obrigação: servir ao meu País.

Serei invulnerável a qualquer pressão para afastar-me desse caminho. Estou íntegro para essa obstinação, assim como quem caminha para um encontro com o destino.

O Governo não tem compromissos quando o compromisso maior é a Nação, o interesse nacional, a vontade nacional.

O Governo é do povo. O Governo sabe que só é legítimo quando o povo se sente no poder e quando o poder está no povo. Adotamos a prioridade pelo social, pelos pobres, e todo o esforço deve ser concentrado para atingir essa meta. O Governo optou pela soberania e independência, pelo desenvolvimento, pela identidade cultural, pela liberdade.

O Governo disse não à recessão, ao arrocho salarial, ao desemprego, à violência. O Governo disse sim à reforma agrária, à participação dos trabalhadores nos órgãos de decisão, à austeridade, ao equilíbrio das contas públicas e ao trabalho.

O Governo não é eletista, nem conservador, nem é dogmático e também não é ideológico. É um governo aberto, democrático, sensível às reivindicações populares, crente nos valores da iniciativa privada, mas vigilante contra os seus desvios, como acordos de preço, como cartéis, abusos do poder econômico.

Aqui estamos para prosseguir nessa caminhada. E é para essa tarefa que convido os Senhores a continuarmos a fazer um governo que almeja entrar na História pelos avanços sociais e pela criação de um Estado Social de Direito.

«Reitero, mais uma vez, o compromisso da Aliança Democrática, sagrado nas praças públicas por Tancredo Neves, pedra e mármore da História, a quem não faltei na minha lealdade e a quem não faltarei na perenidade de sua pregação. As mudanças começaram e continuarão. As reformas serão implantadas».

Com estas palavras com que me dirigi à Nação no dia 22 de julho, traçando as diretrizes do Governo, reafirmo uma vez mais, perante o Ministério aqui reunido, que nosso caminho é o das transformações e da evolução democrática. Para isso, temos que persistir na busca da conciliação.

No documento constitutivo da Aliança Democrática está expresso que «só a coesão nacional em torno de valores comuns e permanentes pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social». Se o invoco neste momento é sobretudo para renovar a convicção de que meu Governo mantém-se fiel a suas origens, compromissos e objetivos.

Ao reformular a equipe que constitui o atual ministério, usei da minha prerrogativa constitucional de escolher os meus auxiliares diretos. Uma faculdade que faz parte do regime republicano presidencialista. Nem por isso, no entanto, deixei de ter presente o ideário político que alicerça a Aliança Democrática.

O cumprimento desse objetivo permanente da democracia exige, necessariamente, uniformização de pontos de vista pessoais dos ministros, enquanto membros do Governo, e sintonia na atuação harmônica dos integrantes do ministério, auxiliares diretos do Presidente e perante ele responsáveis.

Como detentores de cargos políticos, tempos vínculos partidários que devem, podem, precisam ser mantidos e respeitados. Nossos compromissos maiores são com o País, com sua tranqüilidade e restauração democrática. Nisso estamos todos igualmente empenhados; somos todos parceiros nessa luta.

Esta reunião é a continuação de um árduo trabalho já iniciado há onze meses.

No último dia 14, quando dei posse àqueles que passaram a integrar o ministério, procurei mostrar o sentido da reforma ministerial.

Insisto por isso nos conceitos fundamentais que deram sentido às minhas palavras naquela ocasião: lealdade, responsabilidade, senso de dever e trabalho.

A ordem é a eficiência.

As modificações que empreendi devem se ajustar ao ritmo que procuro imprimir ao Governo e à evolução da complexa situação política, social e econômica do Brasil.

Os senhores, como ministros de Estado, receberam por meu intermédio um mandato de toda a Nação brasileira.

Cumprimos nestes onze meses a árdua tarefa das mudanças institucionais.

A liberdade transfigurou-se em medidas que devolveram ao povo o pleno exercício da soberania. Transformou-se a face institucional do País, o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, o reconhecimento do direito de voto do analfabeto, a liberdade de organização partidária, a reformulação de leis trabalhistas, a liberdade de expressão e de comunicação. O País foi às urnas, em demonstração cívica irrepreensível. O Congresso participou ativamente das decisões sobre os destinos do

País, fazendo da representação o instrumento maior da participação reconquistada.

O desenvolvimento e o crescimento econômico não foram apenas metas distantes, mas diretrizes concretas que animaram e deram sentido à ação do Governo na área econômica, revertendo a recessão. A retomada do crescimento é uma realidade que se evidencia nos indicadores econômicos, pela elevação do nível real dos salários em cerca de 15%, pela criação de perto de dois milhões de empregos, pela manutenção de elevados saldos comerciais no intercâmbio com o exterior. Esses resultados positivos certamente ainda estão longe de poder atender à expectativa reprimida por anos de recessão ou distorção na distribuição social e regional da renda.

A opção pelo social foi programa e realização. Nenhuma iniciativa foi tomada pelo Governo sem levar em conta a necessidade urgente de resgatarmos a imensa dívida social e moral que este País contraiu ao longo de sua história. A ênfase ao desenvolvimento, ao crescimento, ao emprego e ao aumento real dos salários foi na verdade corolário dessa opção. O Brasil não será uma grande Nação, enquanto a maioria de sua população viver abaixo dos índices de pobreza absoluta; enquanto reinar a desigualdade de oportunidades; enquanto não levar ao campo social e econômico as conquistas que alcançamos no plano político.

Aí está a inspiração para a reforma agrária que o Governo propôs, atento à urgência da estabilidade e harmonia do campo para nele reforçar a produtividade e a capacidade de iniciativa privada. Eis aí a inspiração para a grande prioridade atribuída à educação, ao abastecimento popular, à irrigação do Nordeste, e a todos os programas assistenciais do Governo.

A gestão da economia prescindiu de ingerências que maculavam nossa soberania e impunham soluções distanciadas dos interesses mais legítimos da sociedade. O patrimônio da nossa diplomacia, construído ao longo de século e meio, foi valorizado sob o signo do novo, sob o signo da democracia.

Se os cinco pontos que formam a plataforma do Governo foram aos poucos transformando-se em realidade ao longo destes meses, muito mais ainda resta por fazer. Esses pontos são objetivos, são balizas que orientam a ação de Vossas Excelências.

Determino a agilização de todos os mecanismos que possam garantir a persistência do crescimento com o combate à inflação: contenção criteriosa do setor público, valorização da produção e do trabalho em detrimento da especulação financeira, saneamento das estatais, incremento real da produtividade do Governo, simplificação da legislação e aplicação de uma criteriosa política fiscal e tributária.

O setor social deve dar prioridade ao combate à miséria e à fome. A urgência de programas de alimentação, saúde e assistência social não nos deve fazer perder de vista a necessidade de empreender ações de longo prazo que visem a garantir a educação e o trabalho a todos os brasileiros.

A assistência governamental deve garantir os direitos dos mais pobres no que se refere à previdência social, à assistência médica, à educação gratuita e ao trabalho.

Tenho nos senhores uma equipe coesa, que me permitirá prosseguir nos esforços que a boa administração do País exige de todos.

A nossa missão é desafiadora. Mas para superá-la têm os senhores a garantia do reconhecimento do Governo e da sociedade nos acertos e nos êxitos, e da lealdade e da franqueza nos insucessos. O que nos faltar em recursos deve sobrar-nos em criatividade. Não teremos problemas a enfrentar, mas soluções a encontrar.

Agradeço igualmente aos que permaneceram em seus postos.

Esta reunião é feita para traçar diretrizes: o ministério é uma equipe que tem de ter espírito de equipe, agir como um corpo único, em que a ação do Governo, decidida, não tem limites de competência. É de todos; todos a ela devem esforço. É de todos o alcance de uma meta, de uma etapa, de um objetivo.

O êxito da ação do Governo repousa na unidade. Não é tolerável que se discuta em público divergências superadas em nível interno. Antes de qualquer decisão, é saudável o debate, são criativas a troca de idéias, a busca de soluções.

Mas, uma vez decidida uma linha de ação, é intolerável a controvérsia. Ela enfraquece o Governo, e sobretudo ativa a inapetência para o trabalho em grupo, como é o trabalho do Governo. Assim, o Ministério não pode divergir. Sei que isso não ocorrerá, mas é sempre bom ficar alerta para os perigos da desunião.

Aos ministros que permanecem no exercício de suas funções, reitero as diretrizes que já lhes transmiti. Aos que agora iniciam suas tarefas, além de recomendar que continuem a cumprir os programas que vinham sendo executados pelos seus ministérios, desejo renovar e acrescentar subsidiariamente alguns pontos.

Senhor Ministro da Justiça.

O grande acontecimento político-institucional, que mobilizará a Nação neste ano, são as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte e para os governos e Assembleias Estaduais.

Caberá a Vossa Excelência transmitir o entendimento do meu Governo quanto à importância dessa decisiva etapa da vida nacional no contexto do projeto mais amplo de fortalecimento das instituições políticas brasileiras e de plena implantação do Estado de Direito.

O aprimoramento democrático não se limita às grandes questões institucionais e legais, de que devem decorrer garantias inalienáveis aos direitos da cidadania.

Há questões mais específicas que demandam medidas de urgência, como a proteção à infância, a dinamização da ação da justiça, o combate à violência e à criminalidade, a defesa do consumidor, a melhoria do padrão ético e profissional dos quadros policiais, o aperfeiçoamento da lei para coibir e punir os abusos financeiros e a corrupção, a promoção efetiva dos direitos da mulher.

Deverá, ainda, o Ministério da Justiça prover, mediante indispensáveis reformas no arcabouço jurídico do país, um melhor disciplinamento do poder político do Estado, de modo a harmonizar a necessidade de garantir maior eficácia no cumprimento de suas atribuições fundamentais, como a de construir uma sociedade livre de constrangimentos resultantes da excessiva presença estatal.

O Ministério da Justiça manterá a sua histórica tradição de zelar pela aplicação das leis e a observância fiel da Constituição.

Senhor Ministro das Relações Exteriores.

A política externa há de ter, como primeiro objetivo, a tarefa de construir um perfil próprio para o Brasil no sistema internacional.

Quero uma diplomacia disposta ao diálogo e consciente de que diálogo só existe quando existe igualdade.

Alguns dos objetivos prioritários da política externa desejo ver intensificados a partir de agora:

- o desarmamento e a distensão, para os quais o Brasil dará uma contribuição inspirada em sua tradição de conciliação, equilíbrio e realismo;

- uma ordem econômica justa e que se reflita, desde já, em procedimentos equitativos no encaminhamento da crise da dívida;

- uma crescente prioridade à América Latina, através não só da participação, mas da integração do Brasil no continente e em todas as iniciativas conjuntas, especialmente as que procuram soluções para a crise da dívida e para os problemas que afetam nossos irmãos hispano-americanos;

- uma política para o Oriente Médio que desenvolva os laços de amizade com os países da área e contribua para ver concretizados a criação de um Estado Nacional palestino — aspiração desse sofrido e grande povo —, a evacuação dos territórios árabes ocupados, o acatamento das resoluções das Nações Unidas e o direito de todos os povos da região, inclusive Israel, de viver em paz, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas;

— a intensificação do relacionamento com os países africanos, a par de um nítido repúdio ao persistente e abominável racismo da África do Sul;

— o desenvolvimento do enorme potencial das relações com os países da Ásia, cujo dinamismo representa dimensão inovadora no mundo contemporâneo;

— o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação com os países de economia centralmente planificada;

— uma atuação que contribua para o fortalecimento e o prestígio da ONU e de suas agências, da OEA e dos demais foros e organizações internacionais.

Senhor Ministro dos Transportes.

Vossa Excelência deverá prosseguir na implementação, de forma criativa e racional, de uma política de transporte voltada fundamentalmente para dois objetivos: a conservação das estruturas de transporte, deterioradas por um período prolongado de carência de recursos, e desenvolvimento de novas estruturas, que possam garantir a interligação dos imensos espaços brasileiros, enquanto instrumento da maior valia para a consecução do projeto de desenvolvimento nacional.

Recuperar, este ano, cinco mil quilômetros de rodovia. Avaliar as estradas abandonadas, como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Oiapoque-Macapá. A interligação do sistema ferroviário. A navegação de cabotagem. Enfim, modernizar os transportes, fazer o Brasil entrar na era da racionalização. Transporte moderno, para um Brasil moderno.

Deve ainda Vossa Excelência observar que a política de transportes será tanto mais eficaz quanto mais identificar-se com sua dimensão social.

Senhor Ministro da Agricultura.

Nos ombros de Vossa Excelência repousam desafios e esperanças.

A agricultura é setor prioritário do Governo. É nele, também, que se encontram ingentes desafios, associados à necessidade de aumentar a produção de alimentos, de re-

resolver os conflitos no campo, de propiciar garantias aos produtores, de estabelecer um crescimento equilibrado da produção destinada à exportação e do setor voltado para o mercado interno.

É necessário conciliar o aumento da produção e da produtividade com a democratização da propriedade rural. É necessário estabelecer uma política de estoques reguladores, que assuma papel decisivo no combate à inflação. É necessário incentivar a produção de alimentos básicos, em grande escala. É necessário levar educação, saúde e outros serviços sociais ao homem do campo, ao trabalhador rural, ao pequeno produtor, ao pecuarista.

Atribuo grande relevância à pesquisa agrícola e agropecuária e conclamo o ministério a desenvolver em favor dela uma estratégia aberta de amparo e promoção fundamental para o aperfeiçoamento de soluções apropriadas às nossas particularidades de país tropical.

Por outro lado, em conjunto com os outros ministérios, devemos criar novas áreas agrícolas, cidades agrícolas à margem de rodovias que formos abrindo. Eleger 500 municípios para transformá-los em pólos de um avançado programa de agricultura.

Senhor Ministro da Educação.

Assume Vossa Excelência uma pasta em boa medida responsável pela construção do futuro deste País. Tracei metas precisas para a educação, dentro da grande opção social.

«Educação para Todos», compromisso expresso no documento constitutivo da Aliança, transforma-se em proposta real de ação. Entendo, com a execução desse programa, assegurar a universalização do ensino básico de boa qualidade.

Com relação ao ensino técnico, recomendo, como meta, construir 200 escolas técnicas no Brasil.

Vamos também buscar desenvolver a teleeducação. Apoiar o ensino, a pesquisa e a extensão universitária; investir na expansão e melhoria dos centros de pós-graduação; reaparelhar as instituições de ensino superior, no

âmbito do Programa Nova Universidade; dignificar o magistério e dar-lhe melhores condições de vida e de trabalho; incentivar as atividades esportivas; ampliar o programa da merenda escolar, com vista a atender a todas as crianças matriculadas na rede pública; desenvolver nova política de educação superior no País; expandir o programa de distribuição de livros didáticos reutilizáveis — são algumas das principais atribuições do Ministério da Educação, no prosseguimento do programa que vem cumprindo desde o início do Governo.

Senhor Ministro da Saúde.

Não pode o Governo ficar indiferente aos baixos padrões de saúde de nossa população e aos elevados índices de mortalidade infantil.

Esse quadro reclama medidas urgentes, conquanto saibamos que transformações mais profundas, nesse setor, somente se operam em períodos mais longos.

Cumpre, pois, empreender ações voltadas para distribuição de medicamentos às pessoas carentes, para suplementação alimentar de gestantes, nutrízes e crianças de até três anos, e para implantação de programas de saúde pública abrangentes, continuados e capazes de atender a essa relevante demanda social.

Ademais, é indispensável valorizar a classe médica e o trabalho assistencial, zelar pelo cumprimento das atribuições inerentes à fiscalização e regulamentação sanitárias. Enfim, oferecer novo ânimo à ação pública nesse campo tão importante, em proveito da população brasileira.

Senhor Ministro da Indústria e do Comércio.

O Ministério que Vossa Excelência assumiu tem um papel decisivo no esforço de retomada do crescimento nacional — tarefa em que estamos todos empenhados.

Sua atenção deve voltar-se prioritariamente para o fortalecimento do mercado interno e a dinamização da produção. Nessa tarefa ocupa lugar de realce o incentivo às medidas, pequenas e microempresas.

Os setores estatais que se abrigam sob a estrutura do Ministério da Indústria e do Comércio, bem como aqueles

que visam a apoiar o setor privado na comercialização de produtos, devem passar pelo crivo permanente da produtividade e da capacidade administrativa e gerencial.

Na área do comércio, o ministério deve juntar-se aos esforços do Governo na obtenção de saldos comerciais e na defesa do acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais.

Deve o ministério ter por meta prioritária o estabelecimento de uma política industrial.

Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social.

Recebe Vossa Excelência um ministério cuja importância ultrapassa os limites da ação social do Governo, para inscrever-se na própria concepção do Estado moderno.

A previdência social no Brasil tem um longo caminho de aperfeiçoamento a percorrer. Seus mais graves obstáculos são a carência de recursos e a falta de estruturas adequadas de apoio.

A carência de recursos vem sendo enfrentada com medidas corajosas de saneamento. O combate sem tréguas à corrupção e às fraudes, o rigor na arrecadação previdenciária, a distribuição criteriosa dos recursos e fiscalização das entidades que colaboram na prestação da assistência previdenciária, são diretrizes permanentes no ministério que Vossa Excelência assumiu.

O déficit da previdência social foi contido; tende-se, dessa forma, a beneficiar não apenas o próprio sistema previdenciário, mas os esforços governamentais visando a reduzir o déficit público.

Desejo que o primeiro ano da previdência, que representou a recuperação e a viabilização financeira do sistema, frutifique nos próximos anos, possibilitando assistência real e efetiva à grande maioria da população brasileira.

Senhor Ministro da Cultura.

Assume Vossa Excelência um desafio à frente do Ministério da Cultura: pôr o Governo a serviço da preservação e da promoção de nossa identidade cultural.

O Governo não criará cultura, nem interferirá em sua produção. É preciso definir uma política cultural de longo alcance para o Brasil, procurando para isso contar com a participação e o apoio dos setores interessados.

O Governo deve partir de programas concretos, como a proteção dos bens artísticos, históricos e culturais do País. Com a preservação da nossa herança cultural, estaremos fortalecendo as bases para o amplo renascimento das artes e das letras no Brasil, num momento especialmente favorável, que é o da plena vigência das liberdades democráticas.

Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

O Governo tem compromisso com o aperfeiçoamento do sistema habitacional brasileiro e com o atendimento prioritário aos trabalhadores de baixa renda.

O problema da casa própria é uma das mais graves faces da grande dívida social brasileira. As soluções para esse problema exigem fórmulas adequadas às nossas condições sociais, climáticas e urbanísticas. O programa de autoconstrução, mutirão e outras soluções práticas devem receber todo encorajamento, para mostrar resultados imediatos.

A relevância de política adequada de proteção ao meio ambiente exige esforços redobrados.

O ministério tem função fiscalizadora e reguladora que deve ser exercida plenamente, voltando sua atenção para a criação de efetiva consciência ambiental no Brasil.

Senhor Ministro-Chefe do Gabinete Civil.

Atribuo ao Gabinete Civil função da mais alta relevância para a consecução das metas do Governo: a coordenação precisa e constante da ação governamental, como um braço administrativo e funcional do Presidente da República.

Senhor Ministro Extraordinário para Assuntos de Irrigação.

A criação desse novo ministério obedece à necessidade urgente de dotar o Brasil de mecanismos e estruturas capa-

zes de torná-lo menos vulnerável às secas e recuperar para a produção áreas hoje improdutivas por deficiência de irrigação.

Do êxito do seu programa de trabalho, que se ampara na experiência de órgãos já existentes, depende em grande medida a execução do próprio programa agrário.

Temos a meta ambiciosa de oferecer um milhão de hectares irrigados aos pequenos agricultores, contribuindo dessa forma para fortalecer o campo, elevar a produção agrícola e dinamizar o mercado interno, promovendo a estabilidade e harmonia sociais. A essa tarefa gigantesca, que é preciso enfrentar com determinação, devemos associar a iniciativa privada e a comunidade de pesquisa e ensino do País.

Senhores Ministros.

Quero agora afirmar-lhes que a nossa tarefa não é impossível. Encontramos o caos. Como já tive oportunidade de assinalar, lembro que «herdei para administrar a maior crise política da história brasileira; a maior dívida externa do mundo; a maior dívida interna e a maior inflação que já tivemos. A maior dívida social — a dívida moral. A efervescência das reivindicações e o desespero diante das soluções impossíveis».

Posso dizer que o quadro de hoje é diferente. Colocamos em ordem as finanças públicas. Implantamos um regime de austeridade que rende seus frutos. Todos sabem que o Governo não é uma festa; é um mutirão de esforços.

Vou dar um exemplo. Estes meses de janeiro e fevereiro testemunham aquilo que o Brasil jamais aconteceu. As nossas contas públicas estão em ordem. Unificamos o orçamento. O Brasil, que não tinha fluxo de caixa, passou a ter. Não existiu déficit público nestes dois meses, nem existirá em março. Não emitimos nenhum título da dívida mobiliária do Governo; ao contrário, resgatamos parcialmente, retirando de circulação cerca de dois trilhões e novecentos bilhões de cruzeiros. Não emitimos um centavo para realizar gastos públicos. A base monetária aumentou apenas 1,4%. O orçamento será cumprido. As contas do Governo estão em ordem e em ordem permanecerão. Este es-

forço é extraordinário. É produto da austeridade, do trabalho, da seriedade e da competência de tantos homens que vivem e sofrem a condução de nossa economia.

As taxas de juros foram reduzidas de 21% para 15% — o que significa dizer que economizamos mais de trinta trilhões, em nossa dívida interna. Só vamos gastar o que estiver dentro do orçamento e não vamos abrir mão, de nenhuma maneira, de um controle férreo na execução das contas orçamentárias.

Isso, todavia, não impedirá o crescimento do produto interno bruto. Nossa meta é crescer, neste ano, 5% a 6%. A massa salarial brasileira acumulou, nos dez primeiros meses do ano, um aumento real de mais de 15% — em parte resultante do incremento no número de trabalhadores (5,5%), em parte decorrente do crescimento real no valor médio dos salários (9,9%). Continuaremos a dizer não ao desemprego! Os programas sociais caminham muito bem. Dou exemplo de apenas dois deles, hoje. O livro didático: distribuíam-se 4 milhões. Agora, neste mês, estamos distribuindo 37 milhões. O programa do leite: hoje, 105 mil crianças estão recebendo o leite; em 3 de março serão 520 mil; até o fim do ano, 3 milhões, e, em 1987, 10 milhões.

A criança recebe nosso carinho e atenção. O Brasil começa na criança.

Os programas de comunidades estão avançando. Mais de 10 mil projetos foram aprovados. No Nordeste, o projeto São Vicente, para pequenos lavradores, está revolucionando o relacionamento entre Governo e produtor rural. A merenda escolar será distribuída durante 270 dias, alcançando todas as crianças matriculadas na rede pública. O PAPP, programa a cargo da COBAL, avança a passos largos. O povo é ouvido. Nunca ninguém em Governo falava dos pobres. Este é um Governo que fala e age pelos pobres e para os pobres.

Agora devo salientar dois urgentes desafios que estamos enfrentando: a inflação e o abastecimento.

A inflação resiste. Mas nós não vamos nos conformar. E a inflação não vai nos derrotar.

O abastecimento é terrível. O Brasil produz, há 10 anos 50 milhões de toneladas de grãos, não acompanhando

o ritmo de crescimento da população. Elevamos o poder aquisitivo do trabalhador com os aumentos que demos ano passado. Eles passaram, assim, a comprar mais alimentos. A seca do Centro-Sul faz cair a oferta de alimentos. Os preços subiram, a inflação voltou a nos desafiar. Asseguro ao Brasil que a reforma agrária, a irrigação, os programas de agricultura, a formação de estoques estratégicos irão livrar o País da fome.

A grande obra do Governo não será em concreto armado, não terá placas. Será o compromisso de melhorar a vida do povo.

O País precisa de ordem, de paz, de um diálogo franco e aberto, sem interesses subalternos na busca de soluções possíveis.

Peço aos empresários e trabalhadores que nos ajudem.

Reivindicações impossíveis não poderão ser atendidas. O interesse de todos é maior do que o interesse de qualquer classe.

Tenho certeza de que a equipe que aqui está vai me ajudar a darmos uma resposta de progresso, de alento e de confiança, ao Brasil, ao povo brasileiro, esse povo que veste a camisa do Brasil. A administração vai funcionar.